



## **Fragmentação de riqueza da elite rural mineira entre a crise do escravismo e o pós-abolição**

*Fragmentation of the wealth of the rural elite in Minas Gerais between the slavery crisis  
and the post-abolition period*

João Carlos Resende<sup>1</sup>

RESUMO: O presente artigo expõe uma análise acerca da transformação da riqueza dos inventariados do distrito da Lage entre 1871 e 1912, período do ocaso e desaparecimento institucional da escravidão. A região, detentora de um dos maiores índices de população cativa de toda a Comarca do Rio das Mortes nos séculos XVIII e XIX, foi palco de acúmulo de riqueza em função da produção para o abastecimento do mercado interno mineiro. A partir de meados do oitocentos teve início um processo de fragmentação das maiores fortunas do lugar, como poderá ser melhor compreendido através da visualização do caso da família Pinto, que no início do recorte temporal era uma das maiores detentoras de terras e cativos do local.

Palavras-chave: Riqueza. Distrito da Lage. Elite mineira.

ABSTRACT: This article presents an analysis of the transformation of the wealth inventoried in the Lage district between 1871 and 1912, period of the decline and institutional disappearance of slavery. The region, which had one of the highest rates of captive population in the entire Comarca of Rio das Mortes in the 18th and 19th centuries, was the stage for the accumulation of wealth due to production to supply the Minas Gerais internal market. From the mid-nineteenth century onwards, a process of fragmentation of the great fortunes of the region began, as can be better understood by the case of the Pinto family, which at the beginning of the period studied was one of the largest landowners and slaves in the place.

Keywords: Wealth. District of Lage. Minas elite.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: [jcrsde@gmail.com](mailto:jcrsde@gmail.com)



## Introdução

Se noutras regiões os Laras e Resendes mantiveram sua evidência social, na Lage e arredores, inúmeros são os que foram atingidos por uma decadência chocante. O fato de terem famílias geralmente numerosas, e a preferências pelas atividades rurais, que em Minas tanto se arruinaram a partir da Lei Áurea, devem predominar entre as causas e motivos dessa decadência, que nos põe hoje ante os olhos grande número de pobres sitiados e até de enxadeiros, cujos avós foram poderosos senhores de terras e de escravos. (LARA RESENDE, 1970, p. 109)

As palavras acima foram escritas por Antônio de Lara Resende, fundador do Instituto Padre Machado, no final da década de 1960 na tentativa de narrar as memórias de sua juventude. Neste esforço, o famoso professor procurou em vários momentos evidenciar o processo de empobrecimento de seu pai e diversos outros parentes, membros de um dos grupos familiares mais abastados do antigo distrito da Lage, hoje município de Resende Costa/MG. Ainda que possam ser discutidos eventuais saudosismo e tentativa de valorização familiar, o que não é a intenção deste trabalho, a essência da análise do autor parece ser verídica, como será demonstrado.

Um dos períodos mais marcante e decisivo para a definição da configuração atual da sociedade brasileira foi a segunda metade do século XIX e início do século XX, já que várias transformações foram notadas em diversos âmbitos, como o social, o econômico, o político, o cultural e o religioso, entre outros. O interior mineiro não esteve ileso às muitas mudanças da época.

Em 1850 a proibição do tráfico internacional de escravos apresentou ao sistema escravista o desafio de se manter apenas com os cativos já existentes no país, o que valorizou as escravas femininas, por exemplo. Naquele mesmo ano, outro pilar importante para as atividades econômicas dos mineiros antes da chegada do capitalismo também foi afetado, afinal a Lei de Terras foi decisiva para preservação da estrutura fundiária. Anos depois, em 1871, a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de mães cativas nascidas a partir de sua promulgação colocou no horizonte um fim para a escravidão, ocorrido em 1888, quando a Lei Áurea entrou em vigor. No ano seguinte a



República substituiu a Monarquia e uma série de desafios de impôs ao novo regime, cujo início foi marcado e dificultado por convulsões sociais e crises econômicas.

Nesse contexto de grandes transformações as famílias mais abastadas residentes no antigo distrito da Lage de Tiradentes, atual município de Resende Costa/MG, passaram por significativas mudanças econômicas. O mundo agrário via quase inerte as reconfigurações de riquezas chegarem com os novos tempos. Muitos, no entanto, não conseguiram lidar com a nova realidade trazida pelo crescimento demográfico da região que dificultava o acesso à terra e à abolição que provocou a perda de mão de obra.

No presente trabalho será avaliada a riqueza do distrito da Lage nesse período importante para a história do Brasil. Como balizas foram adotados os anos de 1871, quando foi promulgada a Lei do Ventre Livre, e 1912, ocasião em que o distrito conseguiu sua emancipação política. Trata-se, portanto, de um recorte temporal caracterizado por ter início em uma época em que a escravidão começava a sua marcha derradeira rumo à abolição, porém ainda eram colhidos os frutos do sistema, sobretudo no local estudado, e ser finalizado quando a República já era uma realidade consistente, embora não sem alguma contestação.

Para que o processo de fragmentação das fortunas familiares da elite rural mineira nesse período possa ser melhor compreendido será feita uma análise sobre o caso de uma das famílias mais abastadas do local em meados do século XX, mas que posteriormente vivenciou a partilha de sua riqueza, o que levou muitos descendentes do grupo familiar a uma situação econômica bastante desfavorável, sobretudo se considerada a condição dos seus antepassados.

Para a realização do estudo aqui apresentado foram consultados os 150 *inventários post mortem* encontrados para as pessoas que viveram no distrito da Lage e faleceram entre 1871 e 1912, período analisado. Esta documentação permitiu compreender qual a composição da riqueza local naquela época, quando o sistema escravista entrou num caminho irreversível de declínio até desaparecer e o trabalho livre passou a ser a única opção legal. Além disso, outros fatores também foram primordiais para determinar os rumos daquela sociedade, já que o romantismo e o discurso médico e



higienista ajudaram a reconfigurar o critério de escolha de cônjuges, antes praticamente pautado pela formação de alianças matrimoniais que permitissem o aumento do patrimônio ou prestígio familiar. Em âmbito local também teve papel considerável na compreensão das práticas dos indivíduos da elite rural o fechamento da fronteira agrícola em meados do oitocentos, que dificultou em vários sentidos a prática de determinadas atividades agrícolas num período em que o capitalismo já começava a dar sinais de que causaria grandes mudanças econômicas em todo o mundo.

### **O distrito da Lage: formação histórica e demografia**

No século XVIII, em Minas Gerais, muitas povoações tiveram seu surgimento não diretamente relacionado à mineração, mas buscando o atendimento de outras necessidades, como os serviços de ferreiros e sapateiros, ou ainda para abrigar comerciantes. Tal dinâmica permitiu a formação da povoação conhecida como arraial da Lage.<sup>2</sup> Desde o início de sua ocupação o lugar participou do comércio regional, impulsionado pela proximidade com São João del-Rei, importante entreposto comercial (TEIXEIRA, 2006, p. 41). Um dos primeiros marcos da ocupação da região foi a construção da capela dedicada a Nossa Senhora da Penha de França, cuja provisão para a sua edificação foi expedida aos 12 de dezembro de 1749 pelo bispo de Mariana (CHAVES, 2014, p. 33), atendendo pedido de João Francisco Malta, à época proprietário da Fazenda da Lage (TEIXEIRA, 2006, p. 50).

A região do antigo distrito da Lage começou a ser ocupada por europeus em fins da primeira metade do século XVIII. Os estudos existentes demonstraram que desde o início da povoação, por ocasião da expansão da fronteira agrícola, os primeiros habitantes não foram mineradores, mas fazendeiros que desenvolviam atividades bem diversificadas, sustentadas, sobretudo pela agricultura e pecuária (TEIXEIRA, 2006, p. 39-40). A mineração foi exercida apenas em alguns recantos do que seria mais tarde

---

<sup>2</sup> Desde a ocupação do território até sua emancipação política, em 1912, a região do distrito da Lage esteve administrativa e politicamente ligada a São José del-Rei, município com nome mudado para Tiradentes no início da República. Aos 7 de janeiro de 1875 foi criado o município de Brumado do Suaçuí, posteriormente chamado Entre Rios de Minas, para o qual foi transferido o distrito estudado. Porém, aos 20 de novembro de 1875 o distrito foi novamente anexado a São José del-Rei.



território do antigo distrito como demonstram algumas evidências, como a posse de datas minerais de moradores do lugar. No entanto, a atividade não foi decisiva para a formação da riqueza local, uma vez que os inventários do período apenas apresentam pequenos sinais de sua existência.

Desde o começo da ocupação da região do distrito até pelo menos o início do século XX a economia local esteve ligada ao abastecimento do mercado interno de Minas e até de outros lugares, como a praça carioca, como demonstrado pelos trabalhos historiográficos existentes. Importantes estradas da época passavam pelo local, o que ajudou a dinamizar o mercado de víveres ali existente, já que muitas fazendas existiam às margens das mesmas. No cruzamento de dois destes caminhos, aliás, é que foi formado o antigo arraial, onde vários pequenos comerciantes se estabeleceram com pequenos estabelecimentos, como os de pouso, de acordo com os relatos da época.

Consultando fontes populacionais, a saber: listas nominativas, mapas de população e rol dos confessados, Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira conseguiu delinear as características dos moradores do lugar.

**Tabela 1: População livre e escrava do distrito da Lage**

	<b>Livres</b>	<b>%</b>	<b>Escravos</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>
1795	354	42,15	486	57,85	840
1831	583	46,90	660	53,10	1243
1835	682	41,59	958	58,41	1640
1838	890	46,52	1023	53,48	1913

Fonte: TEIXEIRA, 2006, p. 38.

Segundo a autora, o distrito apresentou uma das maiores porcentagens de escravos da Comarca do Rio das Mortes no período. No termo de São José del-Rei, inclusive, este foi o maior índice. No ano de 1835 apenas cinco distritos de São João del-Rei apresentaram maiores porcentagens de cativos que o distrito da Lage (TEIXEIRA, 2006, p. 37). Os dados revelam que nos quatro levantamentos o número de escravos foi superior ao de livres.

Ao consultar os inventários dos moradores da região, Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira notou que os documentos datados do século XVIII eram de pessoas nascidas em outras vilas. Mas, nem todos os filhos dos inventariados foram localizados,



o que indica que deveriam estar vivendo em outras localidades. A historiadora explica que se no século XVIII a região recebera pessoas de outros locais, sendo “fronteira agrícola, na primeira metade do século seguinte, ela forneceu homens para ocupar terras noutras regiões”, o que pode ser entendido como um “movimento característico da história da ocupação mineira, empurrando sempre as fronteiras agrícolas” (TEIXEIRA, 2006, 71).

Em 1857 o vigário da freguesia da Lage, Pe. Joaquim Carlos de Rezende Alvim apresentou o primeiro mapa populacional da segunda metade do oitocentos que se tem notícia, publicado no órgão de imprensa oficial da província mineira àquela ocasião, o Correio Oficial de Minas. Junto aos dados foi exposta a seguinte declaração:

Declara o revd.º vigário que a incerteza dos limites de sua freguesia, e o não ter ele mencionado a condições e idades depois que cessou a obrigação da remessa oficial dos mapas de nascimentos, casamentos e óbitos, faz com que este seu trabalho não possa ter o cunho de perfeita exatidão: julga entretanto provável que o número dos nascidos suba anualmente de 80 a 100, e o dos falecidos a um terço. (COM, 1857)

Mesmo tendo em vista as ressalvas apontadas pelo sacerdote responsável pelo levantamento o mapa não pode ser desconsiderado, pois em todo o século XIX vários foram os percalços que prejudicaram maior fidedignidade na realização da coleta de informações. Assim, em 1857 a situação populacional do distrito da Lage era a seguinte:

**Tabela 2: Índice de livres e escravos do distrito da Lage em 1857**

Livres	1.066	51,60%
Escravos	1.000	48,40%
<b>TOTAL</b>	<b>2.066</b>	<b>100%</b>

Fonte: COM, 1857.

Este foi o primeiro levantamento em que o índice de livres no distrito foi superior ao de cativos. Em 1857, assim, 48,4% dos moradores do lugar eram escravos e 51,6% eram livres, de acordo com os dados divulgados pelo vigário da freguesia.

O levantamento posterior conhecido para o local foi realizado por ocasião do primeiro censo nacional, em 1872, embora, em Minas a contagem ocorreu em 1873 (PAIVA; RODARTE, 2013, p. 277). Em 1851 foram tomadas duas resoluções: a



obrigação do registro civil de nascimentos e óbitos e a realização de um censo que contemplasse todo o Império. As duas medidas estavam interligadas, pois a ideia era que o censo fosse feito pouco depois de ter início o registro civil, para o governo acompanhar o desenvolvimento da população. Mas, em 1852 as medidas foram suspensas, já que poderiam ser polêmicas para a época, como pelo fato de que os párocos só poderiam ministrar o batismo aos recém-nascidos, exceto em caso de risco de morte, após terem acesso ao registro de nascimento, o que significava, na prática, que a experiência religiosa passaria pela burocracia estatal. Inflamações populares chegaram a ocorrer contra os registros (CHALHOUB, 2012, p. 38-39).

Em 1872 teve início a realização do único censo do Império que contemplou todo o Brasil. Seus resultados, entretanto, apenas foram conhecidos anos mais tarde. À época estava em pauta a Guerra do Paraguai, que tivera seu desfecho em 1870, e a abolição gradual dos escravos. Há que se lembrar de que em 1850 o tráfico internacional de cativos havia sido proibido, e em 1871 a Lei do Ventre Livre deixava libertos todos os filhos de escravas nascidos a partir de então. Sendo o cativo considerado propriedade privada, para que fosse liberto era preciso que seu senhor fosse indenizado, o que fazia haver a necessidade de estimar o custo das alforrias (CHALHOUB, 2012, p. 41). Naquela ocasião foi possível perceber uma maior diferenciação no índice de livres e cativos.

Tabela 3: População do distrito da Lage em 1872

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>Livres</b>	965	851	1.756	62,69%
<b>Escravos</b>	579	466	1.045	37,31%
<b>TOTAL</b>	1.544	1.317	2.801	100%

Fonte: Fonte: Censo de 1872. Disponível em:

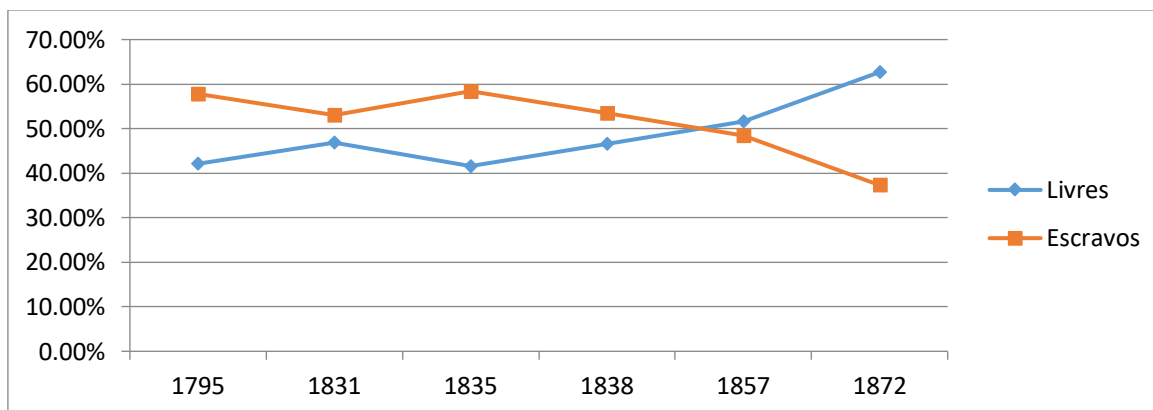
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf). Acesso em: 25/7/2019.

O censo de 1872 foi o último levantamento conhecido que tenha contemplado o número de cativos existentes no distrito. Por ele é possível perceber uma diminuição na porcentagem de escravos entre a população local (37,31%). Àquela altura, o distrito possuía 2.801 habitantes, dos quais 1.045 eram mancipios, o que representava 38,2% de todos os escravos do termo da vila de São José del-Rei, conforme o censo de 1872 (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 228). Naquele mesmo momento o Brasil possuía 9.930.478



habitantes, dos quais 15,3% eram cativos, sendo que Minas Gerais possuía o maior número total de escravos do Império, pouco mais de 370.000 (CHALHOUB, 2012, p. 41-46). Na década de 1870, naquela província, 20,6% da população era cativa e nesta época 24,6% da população escrava do Brasil estava em Minas (PAIVA; RODARTE, 2013, p. 278). Os números mostram que, embora tenha havido uma redução no percentual da população escrava do distrito da Lage na segunda metade do século XIX, a região ainda assim apresentava uma proporção de mancipios (37,31%) em relação aos homens livres maior que Minas e o Brasil, o que demonstra que o trabalho escravo possuía importância significativa para a produção local, embora o percentual da população cativa estivesse declinando desde 1835. Tal diminuição da proporção de escravos pode ser mais facilmente percebida através de uma comparação dos números obtidos conforme os levantamentos populacionais iam sendo realizados.

**Gráfico 1: Relação de livres e escravos do distrito da Lage ao longo dos levantamentos populacionais**



Fontes: Rol dos confessados de 1795, Lista nominativa de 1831, Mapas de População de 1835, Lista nominativa de 1838, Mapa populacional de 1857 e Censo de 1872.

Em 1890 foi realizado o primeiro censo da República. Embora àquela altura a escravidão já tivesse sido abolida, o levantamento possibilita notar aumento no número de habitantes do distrito. Naquela ocasião o registro populacional continuou captando o processo de crescimento demográfico do distrito.

**Tabela 4: População do distrito da Lage em 1890**

Homens	Mulheres
1.522 (50,11%)	1.515 (49,89%)
<b>Total: 3.037 (100%)</b>	

Fonte: BRASIL, 1898, p. 70.





Em 1900 uma publicação da Revista do Archivo Público Mineiro, em matéria sobre o distrito, ao discorrer sobre as atividades econômicas do lugar afirmara que

quando há abundância de café nos municípios da mata, a lavoura fica desfalcada de trabalhadores porque então muitos destes procuram aqueles pontos na ocasião da colheita. (APM, 1900, p. 104)

Os dados obtidos pelos levantamentos censitários realizados em 1872 (Tabela 3) e em 1890 (Tabela 4) parecem confirmar o exposto naquela publicação. Entre 1872 e 1890 o crescimento populacional no distrito foi provocado exclusivamente pelo aumento do número de pessoas do sexo feminino. Em 1872 eram 1.317 mulheres ao passo que em 1890 eram 1.515, ou seja, verificou-se um aumento de 198 pessoas. Já a quantidade de homens sofreu decréscimo. Enquanto na primeira ocasião eles eram 1.544 na segunda diminuíram para 1.522, uma redução de 22 pessoas. Estes números parecem sugerir que as atividades econômicas foram incapazes de conter uma imigração para aquela região onde era praticado o cultivo do produto mais importante do país naquele momento. Pode ter sido um dos motivos que motivou a diminuição da prática da policultura mercantil ao passo em que houve aumento da pecuária na região ao longo do recorte aqui analisado, como será demonstrado. O aumento da razão entre as pessoas do sexo feminino e masculino pode ainda ter sido causado pela venda de cativos do lugar para o setor exportador, o que ainda precisa ser melhor investigado.

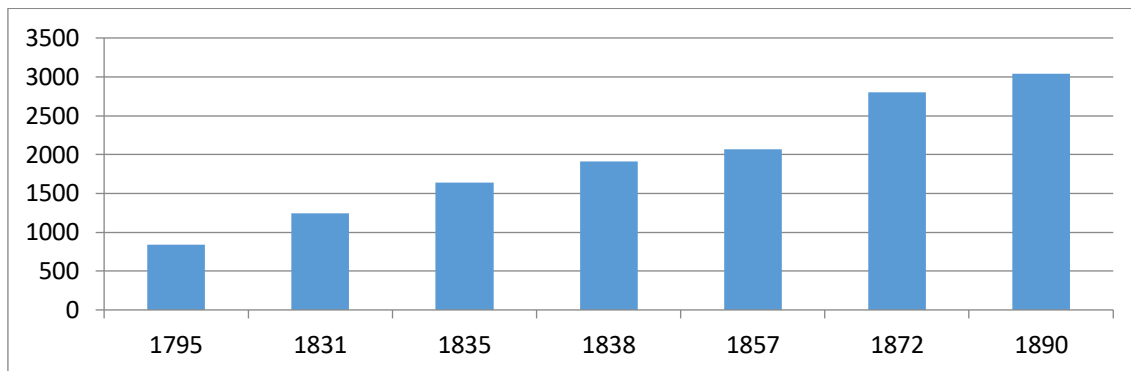
O processo de aumento no número de habitantes do distrito pode ser mais bem compreendido pelo gráfico a seguir:<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Em 1900 foi realizado o terceiro censo que contemplou todo o território nacional. Entretanto, naquele levantamento os dados não foram dispostos separadamente por distrito, mas de forma única para o município de São José del-Rei, ao qual pertencia o distrito da Lage, de modo que não foi possível obter a informação de quantas pessoas havia naquele momento na região estudada.



Gráfico 2: Evolução demográfica do distrito da Lage



Fontes: Rol dos confessados de 1795, Lista nominativa de 1831, Mapas de População de 1835, Lista nominativa de 1838, Mapa populacional de 1857 e Censo de 1872.

A avaliação dos índices demográficos do distrito da Lage demonstra dois pontos importantes para a compreensão do local na transição do oitocentos para o novecentos. O primeiro diz respeito ao número de cativos do lugar. Como visto, até a metade do século XIX o número de mancípios foi superior ao de livres, o que sugere a importância da escravidão para a economia local bem como o acúmulo de riquezas ocasionado pelas atividades desenvolvidas ali. Embora na segunda metade do oitocentos o percentual cativo da população entrou em declínio a força do trabalho escravo não pode ser desconsiderada. Com o advento das leis emancipatórias, entre as quais a proibição do tráfico internacional de escravos em 1850 e a alforria dos filhos de mulheres escravas em 1871, o sistema escravista perdeu força em quase todo o país, já que seu fim era uma questão de tempo. Ainda assim, no entanto, os índices percentuais de escravos no distrito eram altos, se considerados os números de Minas Gerais e do Brasil, por exemplo, o que confirma o apego ao trabalho escravo mesmo às vésperas da abolição.

Outro ponto importante para a pesquisa a ser salientado pela análise das fontes demográficas é o aumento populacional da região. Em menos de um século o número de pessoas residentes no local mais que triplicou. Assim, é possível inferir, a região que no final do século XVIII era uma zona de fronteira agrícola na época da abolição já estava bem povoada, o que certamente foi um percalço para os fazendeiros tão acostumados a uma lógica pré-capitalista que, entre outras práticas, estavam apegados à anexação de mais terras para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, como bem ressaltou Paula Chaves Teixeira Pinto em seu estudo (TEIXEIRA PINTO, 2014).



## **A economia do distrito da Lage da sua formação até sua emancipação política**

Anteriormente foi demonstrado que desde o início de sua ocupação a região do distrito esteve envolvida com a produção agropastoril e que o fato de haver, até meados do século XIX, mais cativos que livres no local deve ser visto como um indício de que as atividades desenvolvidas visando a produção para o abastecimento do mercado interno foram capazes de promover um acúmulo de riquezas no lugar. Alguns aspectos que já foram anteriormente apontados pela historiografia acerca da economia mineira foram verificados também em estudos anteriores sobre o distrito da Lage, como a necessidade das fazendas precisarem evitar, ao máximo, a recorrência ao mercado e a maior parte das fortunas inventariadas serem normalmente compostas pela escravaria e, em seguida, pela posse da terra. A riqueza esteve concentrada nas fazendas, enquanto o arraial era habitado pela parcela mais pobre da sociedade, que tirava sua subsistência dos trabalhos desenvolvidos nas propriedades rurais ou ainda por meio do modesto mercado desenvolvido às margens das estradas no centro do arraial (TEIXEIRA, 2006).

Nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX o quadro no distrito da Lage não era muito diferente daquele descrito anteriormente, estando a riqueza ainda concentrada nas mãos dos fazendeiros enquanto a sede do arraial era basicamente habitada pelos mais pobres. Os fazendeiros da região eram portadores de uma mentalidade pré-capitalista, que baseavam a produção de suas riquezas no trabalho escravo e na constante aquisição de terras para reprodução de suas práticas. Analisando a fortuna existente no distrito entre 1850 e 1870, Paula Chaves Teixeira Pinto catalogou 23 inventários *post mortem*, dos quais 21 pertenciam a donos de terras, o que demonstra que esta ainda era uma região de fazendas àquela altura. Embora na década de 1870 o número de cativos já não era mais superior ao de livres no distrito, ainda era considerável a concentração de escravos, sinais de que os contornos sociais, políticos e econômicos do lugar não estavam alterados. Importante lembrar que em 1850 houve a proibição do tráfico atlântico, o que provocou mudanças nas formas de produção. A década de 70 do oitocentos viu entrar em pauta a discussão da lei do ventre livre e uma expansão do capitalismo, que trouxe a tona novas relações sociais de trabalho (TEIXEIRA PINTO, 2014).



Ainda sobre os inventários analisados pela historiadora é importante ressaltar que em todos os documentos haviam manúscritos arrolados, o que demonstra o apego ao escravismo ainda neste período. No terceiro quartel do século XIX a riqueza local estava concentrada em 4 principais categorias: escravos, terras e imóveis, com valor mais expressivo, e animais e dívidas ativas, mais abaixo.<sup>4</sup>

A partir de 1850 em diversas regiões do Brasil uma transformação lenta da riqueza era notada, em função das transformações socioeconômicas que ocorriam na sociedade visível, sobretudo, na introdução de novos elementos na composição das fortunas pessoais, como demonstram, por exemplo, as apólices, imóveis urbanos, depósitos bancários, ações e títulos da dívida pública, redução de investimentos em escravos e maior participação da propriedade fundiária nas fortunas. Paula Chaves Teixeira Pinto, entretanto, chama a atenção para o fato de que nesse mesmo período os moradores do distrito da Lage ainda continuavam com seus investimentos em elementos tradicionais. A historiadora afirma que esse quadro deve ter sido ocasionado pelo forte apego ao mundo agrário, de modo que seria surpreendente “a presença de algum desses novos elementos característicos do espaço urbano e com caráter mais financista”, sinais “do processo de modernização da economia através da expansão do capitalismo” (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 263).

Para o período entre 1871 e 1912 foram encontrados 150 inventários realizados no distrito da Lage, dos quais em 123 foi possível constatar a posse fundiária, desde sortes de terras até fazendas. O número equivale a 82% do total dos documentos. Para as duas primeiras décadas da segunda metade do século XIX 91,30% dos inventários localizados por Paula Chaves Teixeira Pinto pertenciam a proprietários de terras (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 232). Embora se esteja olhando para um período que contemple o dobro de anos e o número de fontes cartoriais aqui utilizadas seja quase 7 vezes maior que aquele utilizado pela historiadora mencionada, os dados indicam uma leve diminuição da

---

<sup>4</sup> Riqueza total arrolada entre 1850 e 1870 no distrito da Lage: 757:981\$222. Os bens inventariados foram os seguintes, conforme o maior valor investido: Escravos (365:379\$050/ 48,2%), Terras e imóveis (277:241\$230/ 36,58%), Animais (47:065\$000/ 6,21%), Dívidas ativas (40:125\$672/ 5,29%), Produção agrícola (12:272\$400/ 1,62%), Ferramentas (7:910\$470/ 1,04%), Móveis, utensílios domésticos e roupas (4:997\$940/ 0,66%) e Ouro e prata (2:989\$460/ 0,39%). As dívidas passivas somaram 45:753\$720. (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 263)



concentração de riqueza na área rural do distrito. O quadro existente pode ser mais bem compreendido se o recorte da pesquisa for dividido em duas partes, tendo como base o ano de 1888, quando houve a abolição. Entre 1871 e 1888 foram realizados 56 inventários, dos quais 44 (78,57%) pertenciam a proprietários de terra. De 1889 a 1912 houve 94 documentos, sendo que em 79 (84,04%) a posse de terra estava presente.

Contudo, mesmo havendo no recorte proposto para este estudo um aumento percentual de inventariados sem posse fundiária no período em questão (1871-1912) a riqueza ainda continuava concentrada nas fazendas do distrito, conforme análise dos 150 inventários e arrolamentos pesquisados. Há indícios de que 121 inventariados (80,67%) viviam em fazendas ou sítios, o que não significa que muitos destes não possuíam casa na sede do distrito, entretanto. Levando em conta todo o período do recorte temporal cada um possuía uma riqueza média de 21:744\$715 (vinte e um contos, setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e quinze réis). Os montantes registrados em cada década demonstram redução média dos valores por inventariado ao longo do período analisado, cuja queda foi acentuada a partir de 1900.

No mesmo período foram identificados 30 documentos (19, 87%) pertencentes a pessoas que tinham o arraial como lugar de morada, mesmo havendo aqueles que possuíam alguma posse de terra na área rural do distrito. Este foi, por exemplo, o caso de Maria Querobina de Jesus, cujo inventário foi realizado em 1911. Os bens arrolados somam 820\$000 (oitocentos e vinte mil réis). O inventariante, seu esposo José Mamede da Silva, declarou que ao casal pertencia “1 morada de casas cobertas de telhas, na Rua do Rosário do Arraial da Lage”, além de “4 alqueires de terras de cultura na mata do Jacarandá”, “3 alqueires de campos e gordura no Marisco”<sup>5</sup> e nada mais.<sup>6</sup> Assim, como Maria Querobina, portanto, outros residentes no arraial ainda estavam ligados ao mundo rural e aparentemente dele dependiam para sua sobrevivência.

---

<sup>5</sup> Inventário de Maria Querobina de Jesus, 1911, cx. 543, fls. 3.

<sup>6</sup> O hectare corresponde a 10.000m<sup>2</sup>. Do período napoleônico, tal medida do sistema métrico decimal não foi adotada no Brasil pelos portugueses e teve pouca adesão no período imperial. O alqueire, no entanto, varia de tamanho conforme a região, havendo diferenças entre o alqueire mineiro, o alqueire paulista, o alqueire goiano e outros. No entorno de São João del-Rei, segundo Francisco Eduardo Pinto, 1 alqueire equivale a 2,42 hectares. (PINTO, 2014, p. 72)



O número de inventariados moradores na sede do distrito é percentualmente superior em relação ao período estudado por Paula Chaves Teixeira Pinto (1850-1870). Entre os 23 inventariados pesquisados pela historiadora apenas 1 (4,35%) não vivia na área rural (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 232). Embora tenha sido notado um aumento percentual de inventariados residentes na sede do distrito no recorte deste estudo, ainda assim a maior parte da riqueza estava concentrada no meio agrário. Levando-se em conta todos os documentos encontrados para os 41 anos que abrangem o período investigado a riqueza média destes inventariados foi de 4:201\$100 (quatro contos, duzentos e um mil e cem réis).

**Tabela 5: Média de riqueza dos inventariados residentes na área rural e as sede do distrito por década (1871-1912)**

Década	Inventários		Monte mor total		Média por inventário	
	Rural	Sede	Rural	Arraial	Rural	Arraial
1870	24	2	836:064\$786	12:012\$308	34:836\$033	6:006\$154
1880	21	10	480:446\$010	66:253\$409	22:878\$381	6:625\$341
1890	25	4	761:618\$203	3:166\$500	30:464\$728	791\$625
1900	38	11	399:200\$447	42:535\$786	10:505\$275	3:866\$889
1910	13	3	153:781\$047	2:065\$000	11:829\$311	688\$333
<b>Total</b>	<b>121</b>	<b>30</b>	<b>2.631:110\$493</b>	<b>126:033,003</b>	<b>21:744\$715</b>	<b>4:201\$100</b>

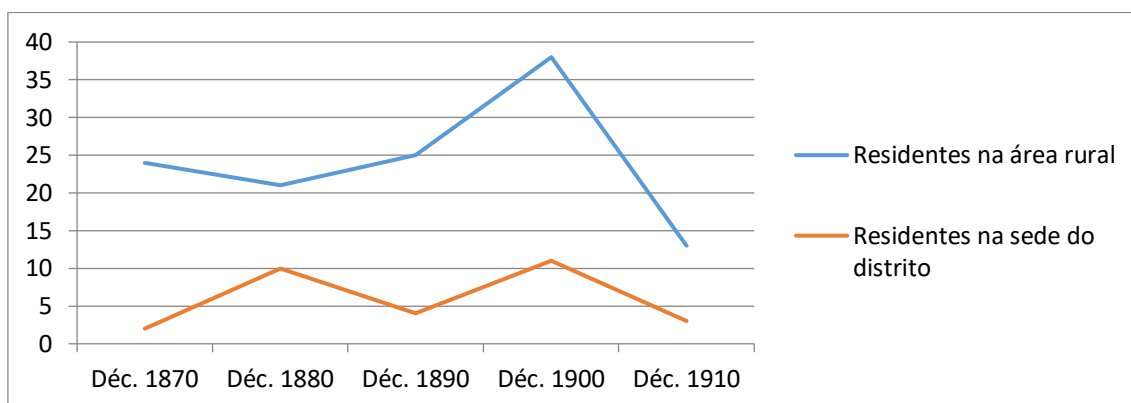
Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: Inventários *post mortem*.

No período em questão, é possível notar, a maior parte da riqueza no distrito estava concentrada nas mãos daqueles que tinham residência na área rural. Percentualmente isso significa que 95,43% da riqueza total arrolada nas fontes cartorárias no período estudado estava concentrada em mãos daqueles que não moravam na sede do distrito. A tabela acima ainda aponta alguns movimentos que chamam atenção. O primeiro diz respeito ao número de inventariados. Como já demonstrado, a região do distrito da Lage passou por um aumento demográfico desde o início de sua ocupação. Contudo, como já havia sido constatado por Paula Chaves Teixeira Pinto ao perceber a fragmentação de algumas fazendas em função do crescimento demográfico no lugar, a região do distrito da Lage não era mais local de fronteira agrícola na segunda metade do século XIX, com uma população que não mais era flutuante, apresentando crescimento



demográfico e sem muitas terras ao seu redor para serem anexadas (TEIXEIRA PINTO, 2014, p. 256). Assim, os inventários consultados na pesquisa aqui apresentada já evidenciam esta nova realidade do distrito, o que ajuda a compreender o processo de fragmentação das propriedades rurais do local. O movimento de aumento dos inventariados<sup>7</sup> pode ser mais bem visualizado através de um gráfico.

**Gráfico 3: Inventariados residentes no arraial e na sede do distrito da Lage (1871-1912)**



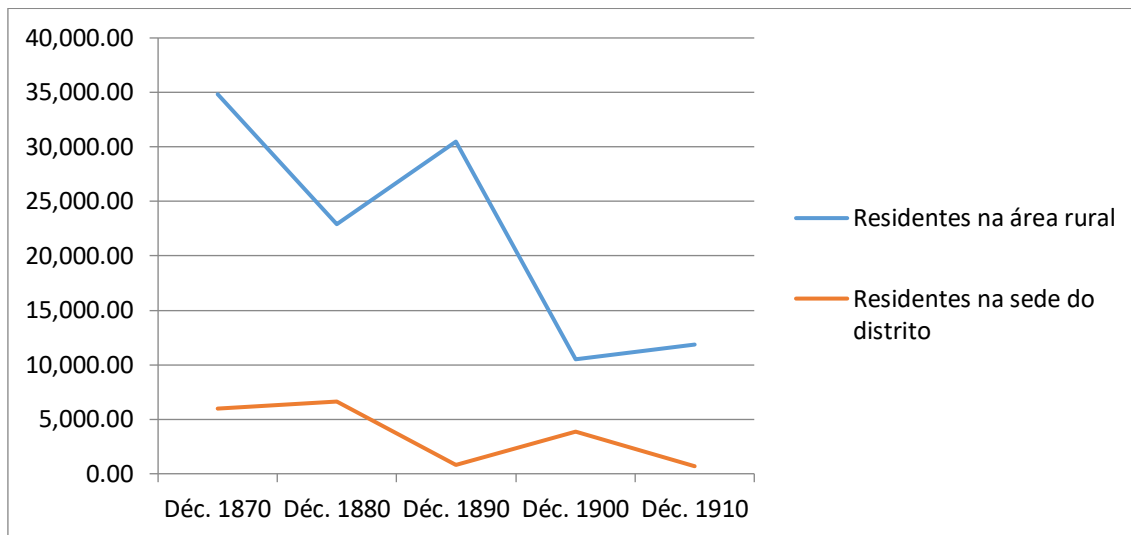
Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: Inventários *post mortem*.

O movimento de aumento de inventariados, sobretudo visível na área rural, não pode ser visto só, mas acompanhado da diminuição da média de riqueza existente nos documentos pesquisados, mesmo não levando em consideração a inflação. Se esta fosse considerada, poderia ser observada queda ainda mais abrupta nos valores médios inventariados.

<sup>7</sup> Vale lembrar que a década de 1910 compreende apenas os anos de 1910, 1911 e 1912.



Gráfico 4: Média de riqueza dos inventariados no distrito da Lage (1871-1912)



Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: Inventários *post mortem*.

Contudo, é importante ressaltar que apenas o crescimento populacional e a consequente fragmentação das fortunas familiares não explicam sozinhos os movimentos de diminuição da média de riquezas, afinal, com a abolição dos escravos, patrimônio considerável deixou de ser arrolado. E não apenas isso; a crise do sistema escravista deve ter posto em cheque a capacidade de produção de muitos proprietários rurais, já que o cativo se tornou um bem caro e cada vez mais raro, até desaparecer do mercado em 1888. Mas a abolição não pode ser tida como a única responsável por perda de fortunas. Outro patrimônio arrolado em boa parte dos inventários teve um papel importante no processo de diminuição das riquezas: a terra. Antes, no entanto, de compreender seu papel é preciso entender a composição da riqueza inventariada entre 1871 e 1912 no distrito da Lage.

Como já realçado, a análise da riqueza inventariada no distrito no período em questão foi realizada a partir da consulta de 150 inventários. A pesquisa a partir desta documentação, entretanto, não abrange toda a população do local selecionado para o estudo. Kátia Mattoso, por exemplo, em seu trabalho sobre Salvador, ao fazer uma comparação entre os dados de óbitos obtidos em registros paroquiais e o número de inventários disponíveis, percebeu que entre 1855 e 1881 apenas 5% da população soteropolitana teve seus bens arrolados (MATTOSO, 1992, p. 150). Embora não se tenha feito semelhante levantamento para o distrito da Lage, a porcentagem da população cujos





bens foram inventariados não deve ter sido muito diferente, o que evidencia que apenas uma pequena parcela da população teve seu patrimônio arrolado. Tomando por base o censo de 1890, realizado praticamente na metade do recorte temporal desta pesquisa, o número de inventariados do distrito equivale a 5% da população registrada (3037) naquela ocasião (BRASIL, 1898, p. 70). Além disso, pode também ter contribuído para a baixa representatividade da população com bens inventariados o fato de que os documentos consultados foram aqueles que resistiram ao tempo e foram conservados até a realização da pesquisa. Vários fatores, entre os quais saques, ação de agentes naturais como animais e intempéries e outros podem ter contribuído para reduzir o já pequeno número de inventários identificados como pertencentes aos moradores do distrito da Lage.

Feitas tais considerações e ressalvas, os resultados da análise<sup>8</sup> demonstram que no recorte temporal selecionado as terras eram responsáveis por 46,06% do valor das fortunas arroladas. Em seguida aparecem os escravos (15,15%), animais (14,1%) e benfeitorias (9,73%), enquanto os demais itens não superam a casa de 6% na composição da riqueza local. Assim, é possível compreender que os moradores do distrito da Lage ainda continuavam apegados a uma tradição pré-capitalista, o que é evidenciado pela falta de valores expressivos investidos em novos elementos tais quais apólices, depósitos bancários, ações e títulos da dívida pública. O alto índice de participação dos cativos na composição da fortuna inventariada, aliás, reforça tal argumento, já que a economia local continuava necessitando do trabalho escravo em considerável medida.

Como visto na Tabela 5, houve um movimento de diminuição da riqueza média dos inventariados do distrito da Lage ao longo do recorte analisado, sentido sobretudo entre aqueles residentes na área rural. Entretanto, um outro movimento pode ainda ser percebido, se as fortunas forem divididas por grupos. Para tal análise, faz-se necessário dividir o recorte analisado em três subperíodos, tendo como base transformações

---

<sup>8</sup> Vários trabalhos historiográficos tem apresentado análises acerca do patrimônio inventariado em determinadas sociedades. O conceito de riqueza empregado neste estudo é o mesmo utilizado por Zélia Cardoso de Mello, que considerou cada inventariado “um proprietário de ativos cuja riqueza total consiste na soma de bens dados a inventariar”, de modo que o que se chama de “riqueza total equivale ao Monte Mor na linguagem do documento” (MELLO, 1900, p. 27). Outros historiadores, além dos que já foram ou serão citados no texto, também empregaram o termo com o mesmo sentido, os quais servirão de base metodológica para o desenvolvimento desta pesquisa. Entre eles podem ser citados, por exemplo, Rita de Cássia Almico (ALMICO, 2001) e Marcos Ferreira de Andrade (ANDRADE, 2014).



ocorridas na sociedade brasileira. O primeiro subperíodo compreende os anos que vão de 1871 a 1888 e caracteriza-se por abrigar os anos finais da escravidão, sendo que em 1871 houve a promulgação da Lei do Ventre Livre e em 1888 a Lei Áurea garantiu a liberdade aos cativos. Os anos de 1889 a 1897 formam o segundo período, que foi marcado por instabilidade política e econômica. A crise destes anos pode ser considerada como própria de uma época cujas mudanças enfatizavam a transição para uma nova ordem trazida a termo pela República, com o fim do modelo aristocrático, por exemplo. Por fim, o terceiro e último subperíodo vai de 1898 a 1912, cujos anos foram de certa estabilidade com a consolidação do regime republicano.

Tabela 6: Número de inventários por faixa de riqueza e sua representatividade no subperíodo

Subperíodo	Inventários	Grupo A (> 10:000\$000)		Grupo B (5:000\$000 a 9:999\$999)		Grupo C (< 5:000\$000)	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
1871-1888	56	31	55,36%	11	19,64%	14	25%
1889-1897	25	13	52%	0	0%	12	48%
1898-1912	69	16	23,19%	9	13,04%	44	63,77%
1871-1912	150	60	40%	20	13,33%	70	46,66%

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: *Inventários post mortem*.

De acordo com os dados expostos é possível observar que ao longo dos anos houve um processo de diminuição de inventariados presentes no chamado Grupo A, formado pelas pessoas mais ricas do distrito, cujas fortunas eram superiores a 10:000\$000 e um constante aumento de inventários com montantes inferiores a 5:000\$000. Diante de tudo o que foi exposto acerca das médias de riquezas existentes no distrito, portanto, é possível constatar que houve um processo de fragmentação das fortunas familiares acumuladas em função do desenvolvimento de atividades produtoras para abastecimento do mercado interno regional e interprovincial. Em tal perspectiva é preciso lançar o olhar sobre as propriedades fundiárias para melhor compreender o processo em questão.

Responsável por quase metade da riqueza arrolada no distrito da Lage entre 1871 e 1912, as terras tiveram ainda mais importante papel nas composições das fortunas



familiares após a abolição, já que os escravos eram o outro grande ativo arrolado no lugar. Analisando as propriedades rurais do distrito entre 1850 e 1870, Paula Chaves Teixeira Pinto elencou as seis fazendas mais extensas do local, entre as quais apenas três reaparecem entre as dezesseis maiores dos anos entre 1871 e 1912 e mesmo assim com tamanhos reduzidos e em alguns casos estando presentes em inventários de duas ou mais pessoas da família. Foi o caso, por exemplo, da Fazenda do Pombal, que em 1860 foi descrita com 331 alqueires, trinta e cinco anos depois teve a parte de Maria Cândida Rodrigues da Silva constando de 202,5 alqueires. Entretanto, em seu inventário é dito que esta era a parte da inventariada em relação aos 331 alqueires de campos e culturas da propriedade. A fonte ainda traz a informação de que

Pelo inventariante foi declarado que no resto destes 331 alqueires de terras sua filha Dona Maria Gabriella, casada com Francisco Ribeiro da Silva Sobrinho e os filhos dela do primeiro matrimônio tem 83 alqueires, e seu filho Gabriel José Rodrigues Júnior tem 46 alqueires, estando os ditos 331 alqueires em comum entre ele e os outros proprietários supra declarados.<sup>9</sup>

Ao longo de todo o recorte diversos inventariados tiveram arrolados entre seus bens partes da referida fazenda. Mais de cem anos depois, no século XXI, apenas alguns paredões de pedra lembram o lugar onde esteve edificada a sua sede no século XIX. As terras que compunham uma das maiores propriedades da região abrigam diversos sítios, muitos pertencentes a pessoas que não descenderam dos proprietários da Fazenda do Pombal. As razões precisam ser certificadas por meio de estudo de caso, mas a hipótese mais plausível para explicar a fragmentação de extensa propriedade é a sucessiva partilha de heranças entre herdeiros, que não apenas obrigava a divisão das terras, mas também dos animais e dos instrumentos necessários para as atividades da fazenda, como era o caso do engenho, que gerava a produção, ou do carro-de-boi, que ajudava no seu escoamento. Sem meios materiais para continuar o desenvolvimento das atividades agropastoris que outrora garantiram o sustento da família, muitos devem ter vendido suas posses, que nem de longe lembravam a abundância dos antepassados naquelas mesmas

---

<sup>9</sup> Inventário de Maria Cândida Rodrigues da Silva, 1895, cx. 423.



terras, e procurado outras ocupações laborais. Aqueles que continuaram vivendo nos limites da fazenda já fragmentada já não tinham condições de desenvolver atividades agropastoris rentáveis como o fizeram seus ascendentes, de modo que o menor faturamento acabou levando a uma diminuição das riquezas. Tal cenário não se desenhou apenas na Fazenda do Pombal, mas deve ter sido bastante recorrente.

Ajuda a visualizar a fragmentação e até a extinção de algumas propriedades rurais, como é o caso da Fazenda do Pombal, acima mencionada, o número médio de alqueires por proprietário entre 1871 e 1912 no distrito da Lage. Enquanto no primeiro biênio a posse média era de 579,1 alqueires por proprietário, nos últimos dois anos do recorte a mesma era de 100.591 (RESENDE, 2020, p. 84). Processo semelhante, aliás, foi notado na região do Vale do Paraopeba, cuja economia possuía semelhantes características com aquela do distrito da Lage, por Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez, que indica que o fracionamento das propriedades da elite pode ter possibilitado que membros das classes econômicas mais desfavorecidas, como agregados, roceiros e até libertos, tenham tido acesso à pequenas posses de terra, seja por compra, doação ou concessão temporária (MARTINEZ, 2006, p. 191-192).

Ainda em São João del-Rei, importante entreposto comercial mineiro que, entretanto, também se destacava por outra característica, a produção agrícola de suas fazendas que servia não apenas para o abastecimento comercial do mercado regional mas também da Corte, assim como ocorria no distrito da Lage, Afonso de Alencastro Graça Filho também notou a fragmentação de propriedades rurais. Segundo o autor foi recorrente a existência de propriedades em comum com vários herdeiros, o que preservava as fazendas em suas dimensões e tornava mais difícil a sua venda, quadro que até ocasionava conflitos entre proprietários (GRAÇA FILHO, 2003, p. 118). O historiador chega a denominar tal situação como “crise que atingira a organização familiar”, tendo em vista as inúmeras partilhas e divisões das propriedades rurais ao mesmo tempo em que a fronteira agrícola se estreitava em Minas Gerais na segunda metade do século XIX (GRAÇA FILHO, 2003, p. 134).

O fracionamento das propriedades rurais é peça fundamental na compreensão da fragmentação das riquezas da elite rural mineira já que vários de seus membros ainda



estavam apegados às atividades agrícolas, em muitos casos dependendo exclusivamente delas para o seu sustento. Entretanto, além da impossibilidade de contar com propriedades com grandes quantidades de terras, como a de seus antepassados, também já podiam se valer da força escrava, o que deve ter representado mais um empecilho, haja visto os consideráveis índices de cativos no lugar. A consulta aos inventários ainda demonstrou ser muito insignificante, mesmo na virada do século XIX para o século XX, a posse de bens típicos do incipiente capitalismo, como as ações, por exemplo.

### **O caso da fragmentação da fortuna da família Pinto**

O fracionamento das riquezas familiares pode ser exemplificado pelo caso da família do Capitão Antônio Pinto de Góes e Lara, bisavô de Antônio de Lara Resende, autor da citação que abre este texto. Falecido em 1871, o Capitão Pinto, como era conhecido, foi um dos maiores proprietários de terras e escravos identificados para o distrito da Lage no recorte analisado, bem como o possuidor de uma das maiores fortunas arroladas. Para compreender o processo em questão faz-se necessário conhecer a origem da riqueza familiar.

Batizado aos 2/6/1879, Antônio Pinto de Góes e Lara era filho do Major Joaquim Pinto de Góes e Lara e Anna de Almeida e Silva. Segundo Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira, o casal em questão era possuidor das maiores fortunas encontradas por ela na década de 1830 na região do que mais tarde seria o distrito da Lage, termo de São José del-Rei, sendo os seus patrimônios equivalentes aos montantes médios da Corte. A historiadora explica que em 1830 foi realizado o inventário de Anna, no qual o monte mor era de 102:020\$109, tendo metade ficado para seu esposo, cujos bens foram arrolados por ocasião de seu falecimento em 1835. Àquela altura seu patrimônio esteve avaliado em 74:449\$425, ou seja, em questão de cinco anos teve um aumento de quase 50%, sinalizando “o grande potencial de acumulação de riquezas da região” (TEIXEIRA, 2006, p. 90). Tanto Anna quanto Joaquim eram descendentes de portugueses, proprietários de algumas das principais fazendas da Comarca do Rio das Mortes, como a Mato Dentro e Rio Acima.

Aos 19/2/1921 Antônio Pinto de Góes e Lara contraiu núpcias com Mafalda Cândida de Rezende, filha do português Capitão Gervásio Pereira Alvim e Francisca



Cândida de Rezende, por sua vez filha do inconfidente José Rezende Costa, o pai. Assim, o casamento de Antônio deve ser visto como uma forma de aliança entre membros da elite rural no início do século XIX, como já tão demonstrado pela historiografia (BRÜGGER, 2007). Do ponto de vista econômico uma união com Mafalda seria interessante já que se tratava de uma família de posses e apesar do envolvimento no movimento sedicioso do pai de Francisca e de seu filho homônimo, o patrimônio dos conjurados não foi totalmente confiscado pela Coroa Portuguesa, já que a união dos pais de Mafalda foi uma manobra da família visando à preservação de seus bens, garantindo um vantajoso casamento para Antônio (RODRIGUES, 2010). O mesmo se aplica ao lado de Mafalda, afinal os pais de Antônio mais tarde possuíram as maiores fortunas da região. Já considerando o prestígio social a união deve ter sido vantajosa para a família do Capitão Pinto, uma vez que o tio de Mafalda, o inconfidente José Rezende Costa, o filho, após a volta do degredo conseguiu se eleger deputado às Cortes de Lisboa por Minas, e para os familiares de Mafalda o matrimônio com Antônio poderia ajudar a limpar a imagem da família possivelmente ainda marcada por algum desgaste causado pelo envolvimento de dois de seus membros na conspiração, já que a família Pinto não deve ter se envolvido e era detentora de grande prestígio social naquela sociedade como indicam alguns fatos.

Em 1823 Raimundo José da Cunha Matos esteve de passagem pela região do distrito da Lage quando se dirigia do Rio até Goiás para assumir o cargo de governador daquela província do recém-criado Império, como documentou em seu diário de viagem. Aos 7 de maio almoçou na casa do pai de Mafalda, Gervásio Pereira Alvim, na Fazenda dos Campos Gerais. Seguindo viagem atravessou o arraial da Lage e jantou e pernoitou na Fazenda Ribeirão de Santo Antônio, propriedade do Capitão Joaquim Pinto de Góes e Lara que passou a pertencer a Antônio após a morte de seu pai (MATOS, 2004, p. 35-37). A escolha do influente político justamente pelas casas dos pais de Antônio e Mafalda para as refeições e pernoite é significativa e indicativa do prestígio que possuíam.

Como visto, Antônio Pinto de Góes e Lara detinha a patente militar de Capitão, o que garante sua posição destacada no mandonismo regional. Sua influência pode ser percebida ainda em um pequeno episódio da Guerra do Paraguai. Segundo o memorialista



José Maria da Conceição Chaves, no tempo do conflito duas expedições partiram de Ouro Preto, então capital mineira, em direção ao Mato Grosso, havendo a necessidade de pernoitarem duas noites consecutivas na região do distrito da Lage, havendo alguns moradores ajudado a recepcionar os combatentes, sobretudo o Capitão Pinto, que fez questão de dirigir para os locais de pouso mesmo aos 70 anos e arcar com os custos do provisionamento das tropas (CHAVES, 2014, p. 57). Ora, o episódio demonstra a busca do fazendeiro para reforçar seu prestígio social em âmbito provincial, já que localmente parecia ser evidente.

O supramencionado memorialista menciona que por ocasião da construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, o segundo templo religioso a ser edificado no arraial da Lage, Antônio foi o mais destacado benfeitor da obra (CHAVES, 2014, p. 89). Por fim, ainda é digno de menção que assim como vários fazendeiros do distrito o Capitão Pinto possuía uma casa na sede do arraial, a qual era usada para hospedar sua família em dias de festa religiosa. O sobrado, ainda existente, era ligado a Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha de França por um elevado passadiço de madeira, que permitia a família se transportar do interior da sua residência diretamente para as tribunas do templo sem a necessidade de pisar a rua (LARA RESENDE, 1970, p. 115). Guardadas as devidas proporções – e não são poucas – a construção do passadiço é uma estratégia semelhante àquela levada a cabo pela família imperial no Rio no oitocentos, como bem afirma Isaac Casemiro Ribeiro, que ainda destaca o papel dos sobrados para simbolizarem o poder e reafirmar a estratificação social vigente (RIBEIRO, 2012, p. 215).

O evidenciado prestígio social do Capitão Antônio Pinto de Góes e Lara não apenas em nível local, mas também em âmbito provincial, permite classificar o fazendeiro em questão como membro da elite rural mineira. Infelizmente não foram ainda encontradas fontes que permitam investigar mais detalhadamente a sua trajetória econômica. Entretanto, em seu inventário foram arrolados 32 cativos, um número considerado expressivo na segunda metade do século XIX. Além de vários animais foram também inventariados instrumentos como ferramentas agrícolas, um engenho de cana e 16 carros de milhos e 20 alqueires de feijão. Por fim, cabe ainda ressaltar que a presença



de um rancho em sua fazenda pode indicar que ali se hospedavam viajantes que poderiam comprar gêneros alimentícios na propriedade.<sup>10</sup>

O inventário do Capitão Antônio Pinto de Góes e Lara, realizado em 1871, primeiro ano do recorte, possuía um monte mor de 95:386\$485.<sup>11</sup> De seus 13 filhos constantes como herdeiros, foram localizados os inventários de 7. As riquezas encontradas variaram entre 69:223\$547 e 7:401\$000 e somaram 205:017\$546. O valor médio de cada montante foi de 29:281\$707. Dos netos ou dos seus cônjuges foram encontrados 11 documentos, com fortuna total de 115:953\$516 e média de 10:541\$229. Já em um primeiro olhar pode ser percebido que houve um movimento de diminuição da riqueza pessoal em cada geração, o que fica mais nítido na tabela a seguir.

Tabela 7: Riqueza total e média do Capitão Pinto, de seus filhos e netos

	Inventários localizados	Riqueza total	Riqueza média
<b>Antônio Pinto de Góes e Lara</b>	1	95:386\$485	95:386\$485
<b>Filhos de Antônio</b>	7	205:017\$546	29:281\$707
<b>Netos de Antônio</b>	11	115:953\$516	10:541\$229

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: *Inventários post mortem*.

Como visto acima, a média de riqueza dos descendentes do Capitão Pinto seguiu a mesma dinâmica daquela apresentada na Tabela 6. Os inventários deste grupo demonstram que a maioria dos descendentes seguiu dependente das atividades agrárias para conseguirem seu sustento, como pode ser visto na tabela abaixo, que pretende demonstrar a posse de bens indicativos das atividades econômicas desenvolvidas.

Tabela 8: Alqueires de terras, escravos e rebanho bovino do Capitão Pinto e de seus descendentes

Bens	Antônio Pinto de Góes e Lara	Filhos de Antônio		Netos de Antônio	
		Total	Média	Total	Média
<b>Alqueires de terras</b>	1.171	905,5	129,4	613	55,7
<b>Escravos</b>	32	56	8	0	0
<b>Gado bovino</b>	122	425	60,7	319	29

<sup>10</sup> Inventário de Antônio Pinto de Góes e Lara, 1871, cx. 133.

<sup>11</sup> Inventário de Antônio Pinto de Góes e Lara, 1871, cx. 133, fls. 36.





Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del-Rei: *Inventários post mortem*.

A tabela acima é bastante reveladora quanto à trajetória econômica dos descendentes do Capitão Pinto. Como visto, a posse média de alqueires de terras, escravos e animais bovinos diminuiu de geração para geração. Sobre os números totais é preciso ter em mente um ponto para sua compreensão real. Antônio possuía 13 filhos, mas apenas 7 tiveram seus bens incluídos no levantamento e mesmo assim os alqueires por eles possuídos quase superam os de seu pai. Isto se explica pelo fato de que contraíram casamentos com pessoas que também eram provenientes de famílias com posse fundiária, de modo o casal recebeu duas heranças de terras. O mesmo se aplica ao caso dos escravos e aos animais. Assim, pelos dados apresentados fica claro que os filhos de Antônio, de um modo geral, seguiam a lógica de seu pai: casaram com pessoas ligadas ao campo e continuavam desenvolvendo atividades agrárias. Entretanto, já não tinham mais as mesmas posses que seus pais, o que dificultava uma produção de riqueza como a de seus antepassados. Além disso, em nenhum dos inventários foi possível notar a existência dos novos bens típicos do capitalismo, como apólices e ações. Apenas um dos filhos, Dr. Gervásio Pinto Cândido, havia abraçado outra ocupação profissional, já que estudara e se tornara o médico atuante no distrito, mas ainda assim desenvolvendo atividades econômicas agropastoris.

Esta ligação dos filhos de Antônio com o mundo rural fica ainda mais evidente se observada a produção agrícola arrolada em seus inventários. O Capitão Pinto, detentor de um engenho em sua fazenda, teve inventariado 16 carros de milho e 20 alqueires de feijão, além de várias peças de madeira, que na verdade podiam visar não a comercialização mas a reforma da sede de sua propriedade, que depois veio a ruir.<sup>12</sup> Entre os seus filhos foram arrolados diversos outros itens, como açúcar, aguardente, canaviais e milho. Já entre seus netos, os quais detinham propriedades rurais ainda menores que a de seus pais, em apenas um caso apareceu tal bem. Maria Senhorinha de Resende teve entre seus bens 2,5 carros de milho e 1 alqueire e 8 quartas de café.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Inventário de Antônio Pinto de Góes e Lara, 1871, cx. 133.

<sup>13</sup> Inventário de Maria Senhorinha de Resende, 1874, cx. 211.



Entre os netos do Capitão Antônio Pinto de Góes e Lara, entretanto, alguns sinais de mudança de mentalidade começaram a surgir. Entre os onze inventariados dois possuíam itens típicos de comércio urbano arrolados entre suas posses. Sabendo que tal ocupação não era vista com bons olhos como as atividades agrárias no mundo oitocentista, o que deve ajudar a justificar a persistência dos filhos de Antônio e dos seus outros nove netos em continuar dependentes do campo, o emprego de dois de membros da família no comércio urbano pode indicar que, com propriedades menores que a de seus pais e incapacitados de anexarem mais terras como seus antepassados em função do fechamento da fronteira agrícola na região, se viram como que obrigados e tentar novos rumos para tentarem melhor rentabilidade.

Assim, o fracionamento das propriedades rurais deve ser compreendido como fruto de um apego às atividades agropastoris, as quais em muitos casos eram praticadas por várias gerações de uma mesma família até mesmo desde a chegada dos primeiros povoadores europeus à região do distrito da Lage. Entretanto, o mesmo apego, que fazia com que vários destes herdeiros desejassem se manter nas terras de seus antepassados e praticar as mesmas atividades que já não podiam garantir a mesma produção de riqueza por variados motivos, sobretudo pela diminuição do tamanho médio do número de alqueires possuídos em função das partilhas causadas pelas heranças, se chocou com o fechamento da fronteira agrícola, que dificultava a compra e até a anexação de mais terras na região. Ao não abandonarem as atividades agrícolas e conseqüentemente não abraçarem novos elementos do sistema capitalista, os membros da antiga elite escravista do distrito da Lage viram como que inertes o fracionamento das riquezas de suas famílias.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte, 1900.

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. *Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/ 1870-1914*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.



ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço; 2014.

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *A construção nacional*. In: CARVALHO, José Murilo de (Coord.). *A construção nacional: 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CHAVES, José Maria da Conceição. *Memórias do antigo Arraial de Nossa Senhora da Penha de França da Lage, atual cidade de Resende Costa: desde os proêmios de sua existência até os dias presentes*. Resende Costa: AMIRCO, 2014. GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *Op. Cit.* 2003.

Correio Oficial de Minas, 3 de fevereiro de 1857

LARA RESENDE, Antônio de. *Memórias - Do Belo Vale ao Caraça*. Sem local: Edição do autor, 1970.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do passado: riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba/MG (1840/1914)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: USP, 2006.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfozes da riqueza: São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 1990.



PAIVA, Clotilde Andrade; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *Op. Cit.* 2013.

PINTO, Francisco Eduardo. *A hidra de sete bocas: sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento de Minas Gerais*. Juiz de Fora: Editora UFJF. 2014.

RESENDE, João Carlos. *Fragmentação de riqueza em Minas Gerais (distrito da Lage, 1871-1912)*. Dissertação (Mestrado em História). São João del-Rei: UFSJ, 2020.

RIBEIRO, Isaac Casemiro. *Família e povoamento na Comarca do Rio das Mortes: os "Ribeiro da Silva", fronteira, fortuna e fazendas (Minas Gerais, séculos XVIII e XIX)*. Dissertação de mestrado. São João Del-Rei: UFSJ, 2014.

RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros*. Rio de Janeiro: Globo, 2010.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2006.

TEIXEIRA PINTO, Paula Chaves. *De Minas para a Corte. Da Corte para Minas: Movimentações familiares e trocas mercantis (c. 1790 - c. 1880)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2014.